



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Requer informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação acerca de supostas instalações com participação chinesa no território nacional, mencionadas em relatório produzido por grupo do Congresso dos Estados Unidos, bem como sobre eventuais implicações científicas, tecnológicas e estratégicas para o Programa Espacial Brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para que prestem esclarecimentos formais acerca de relatório elaborado por grupo vinculado ao Congresso dos Estados Unidos, amplamente divulgado pela imprensa nacional, segundo o qual existiria, no Brasil, estrutura classificada como “instalação não oficial” vinculada à República Popular da China, com potencial capacidade de monitoramento espacial.

Segundo matéria publicada pelo portal Poder360, o relatório menciona a chamada “Estação Terrestre de Tucano”, instalada na sede da empresa Alya Space, em Salvador (BA), bem como





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

cooperações tecnológicas com empresas chinesas no setor aeroespacial.

Considerando que infraestrutura espacial possui reconhecido caráter de uso dual — com aplicações científicas e civis, mas também com potenciais repercussões estratégicas — e que compete ao MCTI e à AEB a coordenação do Programa Espacial Brasileiro e a supervisão de atividades espaciais no território nacional, requer-se:

1. Se o MCTI e a AEB têm conhecimento formal do relatório produzido por grupo do Congresso dos Estados Unidos que menciona o Brasil como local de instalação vinculada à China com capacidade de monitoramento espacial.

2. Se a empresa Alya Space e a chamada “Estação Terrestre de Tucano” possuem:

- registro, credenciamento ou autorização junto à AEB;
- licenciamento específico para operação de infraestrutura espacial;
- conformidade com as normas nacionais e tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

3. Se há acordos, memorandos de entendimento ou instrumentos de cooperação internacional registrados junto ao MCTI ou à AEB envolvendo:

- a empresa Alya Space;
- entidades chinesas do setor aeroespacial;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- transferência ou compartilhamento de tecnologia espacial.
4. Se houve avaliação técnica quanto ao potencial de uso dual das atividades desenvolvidas, especialmente no que se refere a:
- rastreamento orbital;
  - recepção e transmissão de dados de satélites;
  - sensoriamento remoto de alta resolução;
  - monitoramento em tempo real.
5. Se existe compartilhamento de dados espaciais, telemetria ou informações técnicas decorrentes dessas cooperações, e quais salvaguardas jurídicas e tecnológicas asseguram a proteção de dados sensíveis.
6. Se houve consulta ou coordenação formal com:
- o Ministério da Defesa;
  - o Ministério das Relações Exteriores;
  - a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
7. Se a referida instalação integra ou interage, de qualquer forma, com infraestrutura estratégica do Programa Espacial Brasileiro.
8. Quais mecanismos de supervisão, fiscalização e auditoria a AEB utiliza para acompanhar atividades espaciais privadas desenvolvidas no território nacional.
9. Se o MCTI e a AEB pretendem adotar medidas adicionais para fortalecer a governança regulatória do setor espacial brasileiro diante do crescimento de parcerias internacionais no segmento.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Apresentação: 04/03/2026 12:33:48.370 - Mesa

RIC n.416/2026

### JUSTIFICAÇÃO

Reportagem amplamente divulgada pela imprensa nacional noticiou a existência de relatório produzido por grupo do Congresso dos Estados Unidos que menciona a presença, em Salvador (BA), de estrutura classificada como “instalação não oficial” vinculada à República Popular da China, com potencial capacidade de rastreamento espacial.

A empresa citada atua no setor aeroespacial com projetos voltados ao sensoriamento remoto e monitoramento ambiental. Contudo, é amplamente reconhecido que tecnologias espaciais possuem caráter de uso dual, podendo atender finalidades científicas e comerciais, mas também apresentar relevância estratégica.

O Brasil possui Programa Espacial estruturado, participa de tratados internacionais e busca consolidar sua autonomia tecnológica no setor. Nesse contexto, é essencial que qualquer atividade espacial realizada no território nacional esteja plenamente alinhada às normas internas, aos compromissos internacionais assumidos pelo país e aos interesses estratégicos nacionais.

O presente Requerimento não parte de presunção de irregularidade, tampouco de alinhamento geopolítico automático. Visa, exclusivamente, assegurar transparência institucional, permitir o exercício do controle externo pelo Parlamento e garantir que o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro ocorra em



\* C D 2 6 2 6 9 1 9 6 4 7 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

consonância com a soberania nacional e com a segurança estratégica do Estado.

Infraestrutura espacial é infraestrutura crítica.

Tecnologia estratégica exige governança robusta.

E soberania científica pressupõe transparência institucional.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado **Capitão Alden**

